

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 423, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia – UNIVAR, com sede no município de Araguatins, Estado do Tocantins.

Autor: Deputado OSVALDO REIS

Relator: Deputado PEDRO HENRY

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 423, de 2007, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia - UNIVAR, no Município de Araguatins, Estado do Tocantins, assim como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Estabelece o projeto, ainda, que a UNIVAR terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária, e que sua estrutura organizacional e forma de funcionamento serão definidas segundo seu estatuto e a legislação pertinente, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, a proposição dispõe que a instalação da universidade estará subordinada à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, aberto para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

Cabe-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito do PL 423/07 com base no que dispõe o art. 32, inciso XVIII, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Estado de Tocantins possui quase cento e quarenta municípios espalhados em um território que, além de vasto, ainda não possui a infra-estrutura de transportes adequada para permitir o acesso dos jovens do interior ao ensino superior, cuja oferta encontra-se concentrada na capital.

A criação de uma universidade federal ao norte do estado, no Vale do Araguaia, ao criar a possibilidade de formação acadêmica de nível superior para os jovens da região, inclusive do Pará e do Maranhão, contribuirá para a interiorização do desenvolvimento de Tocantins. Por essa razão, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei.

Não obstante, cabe ressaltar que pode vir a ser questionada a constitucionalidade da proposição sob comento, tendo em vista a iniciativa privativa do Presidente da República em projetos que disponham sobre criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública (art. 61, § 1º, II, e, CF). Tal análise, entretanto, cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa.

Isto posto, só nos resta votar pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 423, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado PEDRO HENRY
Relator